

# Ministérios também fazem lobby na Constituinte

De diversas formas, os setores do Governo procuram defender seus interesses na Constituição

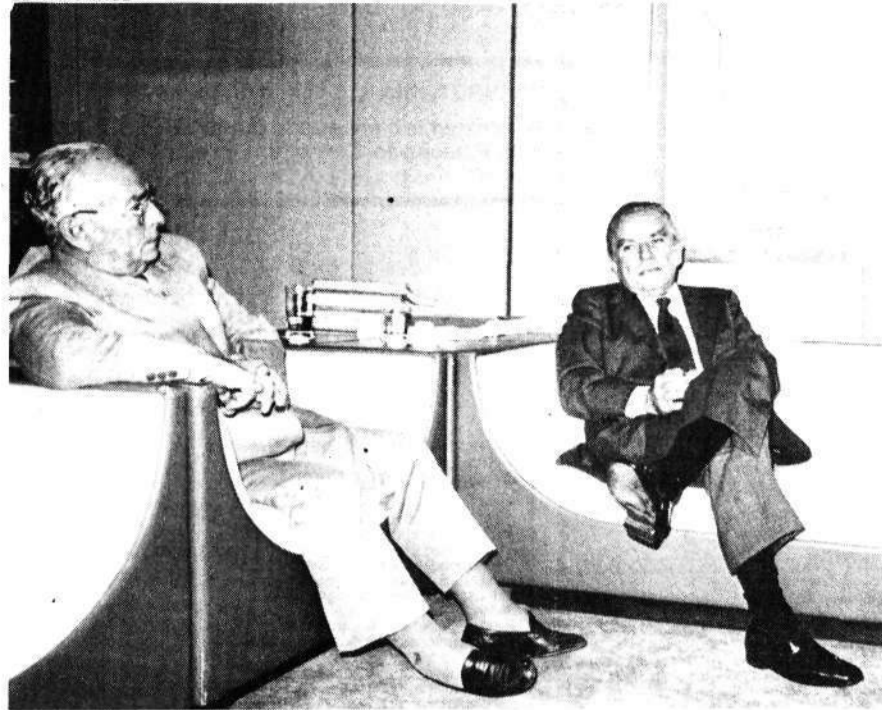
O direito de greve irrestrito, inclusive para os serviços essenciais, se aprovado na Constituição seria um desastre, na concepção do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A criação de oito novos estados levaria o País ao caos financeiro, na opinião do ministro Joaquim Francisco Cavalcanti, do Interior. E o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, reclama que por causa de um "cochilo" seus assessores deixaram passar à esfera do Ministério do Interior o controle da aviação civil, através de uma das 24 subcomissões temáticas na Constituinte.

Estes três simples exemplos mostram o nível de expectativa que envolve os ministros com relação às propostas que venham a ser incorporadas à futura Constituição e que possam interferir na política em andamento nos ministérios. A Assembleia Nacional Constituinte é soberana, e ninguém mais, além dos 559 parlamentares que dela fazem parte, deve interferir no rumo dos trabalhos. Em tese, todos os ministros defendem este preceito e se colocam numa posição de neutralidade, mas na prática a situação é diferente. Eles são os patronos do lobby oficial, muito bem estruturado nas dependências do Congresso Nacional, e que hoje representa um dos mais pesados instrumentos de pressão na Constituinte.

Sem exceção, todos os ministérios estão representados na Assembleia, através dos assessores parlamentares que têm até uma tribuna especial no plenário da Constituinte. Alguns ministros são mais reticentes e não admitem que a função destes assessores vai muito além do simples acompanhamento dos trabalhos constitucionais, como o ministro da Justiça Paulo Brossard. Outros, porém, não se preocupam em camuflar a ideia do lobby, como Roberto Santos, da Saúde, que inclusive determinou que fosse reforçada a equipe de assessoria parlamentar, com a contratação de mais 5 técnicos para acompanhar o andamento da Comissão da Ordem Social, onde as propostas sanitárias estão sendo analisadas.

Nesta pesquisa feita pelo CORREIO BRAZILIENSE veja quais são as propostas aprovadas até agora na Constituinte, e que estão deixando apreensivos os ministros de Estado.

BETH MUNHOZ



Renato Archer briga pela reserva de mercado e Raphael de Almeida contra novos programas que aumentem a despesa da Previdência

ARQUIVO



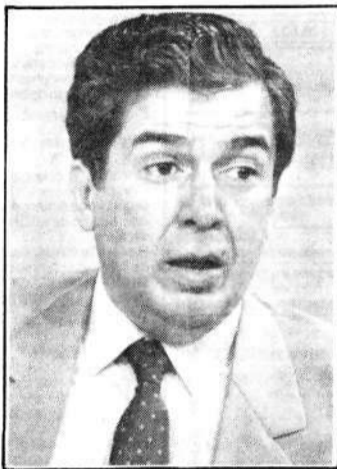
## ADMINISTRAÇÃO

### Adaptação aos novos tempos

"Em relação à administração e ao funcionalismo público, até agora as sugestões apresentadas nos anteprojetos da Constituição não correspondem à necessidade de uma administração moderna que o País já deveria ter". A opinião é do ministro da Administração, Aluizio Alves, que é mais enfático ainda ao afirmar que as reivindicações dos parlamentares "são descabidas e impróprias finanças num paternalismo e classicismo inaceitável que além de tudo não representa a média do pensamento da Nação".

Até agora, segundo o ministro, "a alma brasileira ainda não está vista nos trabalhos da Constituinte", que deve elaborar uma Carta absolutamente descomprometida com as teses de direita ou de esquerda e que corresponda à aspiração nacional. Ao se definir contra o décimo quarto salário — "já há o décimo terceiro" —, Aluizio Alves sugere que a Comissão da Ordem Social faça primeiro um estudo em relação às empresas privadas para não exagerar nas concessões de avanços sociais. O sentido dessa advertência do ministro é a de que a Constituinte pode vir a fazer concessões com as quais o setor privado não possa arcar.

Outra sugestão de Aluizio Alves é a de que a Constituinte diferencie o funcionalismo público dos trabalhadores em geral que, segundo ele, são organizações inteiramente diferentes e que lutam também por objetivos diversificados.



Pazzianotto: greve restrita

## TRABALHO

### Jornada de 40 horas e greve

A não ser através de contatos com alguns parlamentares do PMDB e de um depoimento na Subcomissão dos Trabalhadores e dos Funcionários Públicos, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, pouco tem atuado para influir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Em duas ocasiões, ele deixou claro que, se pudesse, diria mais do que disse. "Eu não posso influenciar a Constituinte enquanto ministro, mas só como cidadão", afirmou certa vez. Aos membros da subcomissão ele apelou, sutilmente, por uma participação maior.

Sabe-se pelo menos de dois pontos aprovados até agora que não são do agrado do ministro: o direito de greve irrestrito, inclusive em alguns serviços essenciais, e a limitação da jornada de trabalho a 40 horas semanais. Este último item, segundo Pazzianotto, não deveria ser objeto de discussão na Constituinte.

## SAÚDE

### Luta desigual contra lobby

A principal preocupação do Ministério da Saúde é manter nas diversas etapas da Constituinte o anteprojeto aprovado na Subcomissão de Saúde. Nessa primeira fase, ficou determinado que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, contrariando os interesses da iniciativa privada.

Um dos assessores do ministério admite que há uma luta desigual entre os interesses das duas partes. O lobby do setor privado é forte, bem organizado e amparado por empresas multinacionais.

Em alguns pontos propostos até agora, há algumas contradições. Como será possível, por exemplo, compatibilizar a obrigatoriedade de repasse de 10% do PIB para o setor com a municipalização da saúde? Essa é uma dúvida mesmo entre os 16 assessores parlamentares do ministério, lobistas oficiais.

## PLANEJAMENTO

### Em defesa do Executivo

O Ministério do Planejamento, através de sua assessoria parlamentar, vem acompanhando a evolução dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e recebeu com preocupação a aprovação de vários dispositivos que, uma vez inseridos no texto constitucional poderiam criar sérios obstáculos à atuação do Poder Executivo.

Um desses dispositivos, incluindo no anteprojeto elaborado pelo relatores da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), estabelece como competência exclusiva do Congresso deliberar sobre matéria fiscal, monetária e cambial, praticamente paralisando a atuação do Poder Executivo, que ficaria mantido.

Na Seplan, no entanto, o sentimento é de que, nesta segunda fase do processo de elaboração da Constituição — das comissões temáticas — servirá como uma espécie de penitenciar, excluindo aquelas propostas que não obtenham o consenso da maioria.

O ministro Anibal Teixeira recebe em seu gabinete, a cada semana, pelo menos duas dezenas de parlamentares de todos os partidos, para conversas sobre os temas que estão sendo examinados na Constituinte. Nesses contatos, o ministério não recebeu pedidos das comissões para uma exame mais aprofundado dos reflexos na administração pública das matérias em debate na Assembleia.

## CIÊNCIA

### Um jogo duro pela reserva

Em princípio o Ministério da Ciência e Tecnologia já obteve o ponto mais importante para a manutenção da política que defende na área de informática no anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação: a definição de mercado interno como um bem do País. Com esse dispositivo — que tem todas as chances de ser mantido na fase das comissões — a reserva de mercado para a informática (e outros setores) ficaria assegurada.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, vem acompanhando com interesse as discussões da Constituinte. Seu principal articulador na Assembleia é a própria relatora da subcomissão que tratou do tema, deputada Cristina Tavares (PMDB/SP).

O lobby, propriamente dito, de defesa dos interesses do ministério está sendo feito por entidades como a Associação Brasileira de Indústria de Computadores (Abicomp) e a União das Empresas de Informática Pública (Ubiip) reunidas no Movimento Brasil Informática (MBI).

## AGRICULTURA

### Contando com bancada forte

O setor agropecuário tem como seus defensores na Constituinte mais de cem deputados e senadores, que formam a Frente Parlamentar para a Agricultura. Esta bancada quer uma carta que assegure às sociedades cooperativas liberdade de constituição, atuação em todos os ramos, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e formação de seu órgão de representação legal, que terá função delegada de arrecadar contribuição para o custeio de seus serviços.

A Frente Parlamentar para a Agricultura começou a se articular antes mesmo da abertura dos trabalhos da Constituinte, com o apoio das lideranças da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB. Ela apóia o ministro Iris Rezende, quer que o Ministério da Agricultura passe a estabelecer os critérios de sua Política, hoje citados pelo Ministério da Fazenda, e luta por garantias de financiamento e comercialização de safras. Iris Rezende mantém contato constante com parlamentares.

Entre visitantes mais assíduos estão Ivo Vanderlinde (PMDB/SC), Jorge Vianna (PMDB/BA), Gerson Camata (PMDB/SC), Alyson Paulinelli (PFL/MG), Maguito Vilela, João Natal e Naptali Alves (PMDB/GO), Paulo Roberto Cunha (PDC/GO), José Richa (PMDB/PR), Nelson Wedekin e Vitor Mincarone (PMDB/SC), Vitor Fontana (PFL-SC) e Vitor Faccioni (PDS/RJ).

## FAZENDA

### Área externa preocupa mais

A maior preocupação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, em relação à Constituinte, é de ordem absolutamente prática. Todos, na Fazenda, estão com as atenções voltadas principalmente para a elaboração do capítulo referente à futura política tributária nacional.

A carga tributária caiu significativamente nos últimos cinco anos e se teme, na Fazenda, que os constituintes não atentem o suficiente para este problema. A carga tributária bruta é de cerca de 22 por cento do Produto Interno Bruto, mas a carga líquida é de 11 por cento. Tal de fato, argumentam os economistas, decorre do excesso de subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado à classe empresarial, industrial, comercial e agrícola.

Neste momento, poderosos lobbies atuam sobre os constituintes para manter os privilégios de grupo. Basicamente, a correlação de força entre os lobbies dos empresários e os dos contribuintes pende para os primeiros, sem contar que é também poderoso o dos governadores e prefeitos em favor da manutenção da estrutura tributária na parte que os beneficia — e contrários na parte que os prejudica.

Os integrantes da comissão de reforma tributária da Fazenda entendem que se não houver uma recuperação real da carga tributária, com redução drástica dos subsídios e incentivos fiscais, que absorvem cerca de 20 bilhões de dólares anuais dos cofres da União, ou seja, uma conta paga pelo contribuinte já mais revertida a seu favor através de melhor saúde, educação, lazer etc., dificilmente o Governo controlará o déficit do setor público que poderá alcançar até 10 por cento do PIB este ano, segundo os cálculos mais pessimistas.

Outra grande preocupação dos economistas da Fazenda é quanto às decisões que poderão ser adotadas pelos contribuintes em relação ao capital estrangeiro. Assustam-se os economistas com a possibilidade de decisão favorável à estabilização dos bancos, a proibição de bancos estrangeiros se instalarem no País, maior restrição à atuação das empresas multinacionais e, principalmente, maiores limitações à remessa de lucros.

O Governo acredita que essas medidas poderão dificultar a negociação da dívida com os credores externos.

## POLÍTICA EXTERNA

### Itamarati não se manifesta

O Itamarati, através da Secretaria de Relações com o Congresso, diretamente ligada ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, está fazendo o acompanhamento de todo o trabalho dos constituintes sem, no entanto, apresentar qualquer proposta ou sugestão sobre o que a nova Carta deve estabelecer em relação à política externa brasileira. O acompanhamento é feito por diplomatas da Secretaria, chefiada pelo embaixador Afonso Celso Ouro Preto.

A participação do Itamarati até agora limitou-se à exposição do ministro Abreu Sodré e do secretário-geral Paulo Tarso Flecha de Lima na Subcomissão da Soberania, Nacionalidade e Relações Internacionais. Na ocasião foram apresentados os princípios da política externa brasileira, que nos últimos anos não tem encontrado oposição entre os congressistas. Em termos de sugestão ou proposta não foi apresentado nada por parte do Itamarati, que só assiste ao desenrolar dos trabalhos dos constituintes.

## MINAS E ENERGIA

### Aureliano não quer mudanças

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, defende posições já consagradas na legislação brasileira, que são a manutenção do monopólio estatal do petróleo nos termos atuais; a manutenção da propriedade da União sobre as riquezas do subsolo e sua competência para conceder o direito de explorar jazidas e minas; e a condição de poder concedente da União para questões de energia elétrica e de distribuição de combustíveis.

Sem prejuízo de defender junto aos constituintes as posições que considera mais apropriadas aos interesses nacionais, ele ressalta sua disposição de respeitar a decisão final dos constituintes.

Essa orientação foi seguida também pelos presidentes dos órgãos subordinados ao MME, como o da Petróbras, Osiris Silva, que falou na Subcomissão de Princípios Gerais. O próprio ministro Aureliano Chaves manifestou esses pontos de vista no Ciclo de Palestras e Debates promovido pelo Comitê de Imprensa do Senado.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

### Preocupado com novos encargos

As secretarias do Ministério da Previdência Social estão analisando detalhadamente todos os artigos relativos à seguridade social incluídos no substitutivo da Comissão da Ordem Social. Um grupo de trabalho agora tenta conseguir alterações que aproximem o anteprojeto dos interesses da Previdência.

O texto elaborado pela subcomissão não foi considerado satisfatório. Para conter todas as diretrizes pretendidas pelo Ministério, ele teria que ser reescrito. Por isso, tratou-se de elaborar um novo texto, completo, para apresentá-lo ao relator, como subsídio.

Existem algumas preocupações claras dos técnicos que dizem respeito ao comprometimento do orçamento da Previdência. "Querem incluir na Constituição elementos típicos de lei ordinária que resultariam na quebra da Previdência", desabafa um assessor parlamen-

tar do ministério. Ele cita o artigo que diz que nenhum benefício de prestação continuada será inferior a um salário mínimo. "Não há custeio para isso", reclama o assessor, lembrando que os benefícios pagos ao trabalhador rural são inferiores ao salário mínimo porque, ao contrário do trabalhador urbano, eles não contribuem para o sistema individualmente.

Outro ponto questionado pela Previdência refere-se aos fundos privados de pensão, que correm o risco de perder o direito a incentivos fiscais. "Isso pode fechar muitos fundos hoje existentes", comenta o assessor, supondo que tenha havido confusão entre fundos de pensão e pecúlios — coisas distintas que aparecem estar sendo tratadas de forma igual.

## REFORMA AGRÁRIA

### O temor pelo retrocesso

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) teme que haja um retrocesso na legislação agrária, caso prevaleça a tendência conservadora da Constituinte em relação ao tema. O Mirad, que já tem montado o seu lobby na Constituinte, quer ver na nova Constituição as bases da reforma agrária, como um avanço do Estatuto da Terra.

Antes de deixar o ministério, Dante de Oliveira tratou de fazer pessoalmente o lobby, entregando em mãos às lideranças de todos os partidos e pelo correio aos constituintes um documento com sugestões à nova Constituição. Um dos pontos defendidos pelo antigo ministro era a limitação do tamanho máximo da propriedade.

## FORÇAS ARMADAS

### Preservação do atual papel

Os ministros Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e Henrique Sabóia, da Marinha, consideram satisfatórios os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos seus assessores militares na Constituinte, onde defendem a preservação do papel das Forças Armadas. Já o ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, admite que houve "cochilo" dos seus assessores, quando deixaram passar à esfera do Ministério do Interior, no anteprojeto da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, Departamento de Aviação Civil (DAC), hoje órgão da administração direta do Ministério da Aeronáutica.

Moreira Lima, agora, tenta junto aos membros da Comissão de Ordem Econômica, evitar que o princípio seja mantido no texto a ser encaminhado à Comissão de Sistematização. Foram feitos contatos inclusive com o presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães.

A transferência do DAC do Ministério da Aeronáutica para um órgão civil, é considerada temerária pelos militares pelo fato de o sistema de controle do tráfego aéreo ser atrelado à defesa aérea da FAB. Apontam também implicações de ordem técnica envolvendo problemas de segurança e de economia. A Aeronáutica diz ainda ser impossível transferir o complexo tecnológico e o pessoal militar que serve ao órgão.

Os gabinetes militares informaram que as assessorias militares junto ao Congresso Nacional continuarão trabalhando até a elaboração final da Nova Constituição. O Exército, que foi a organização militar a iniciar os primeiros trabalhos junto aos constituintes, mantém atualmente no Congresso seis oficiais, com curso de estado-maior, a Marinha, três; e a Aeronáutica, quatro.

## PALÁCIO DO PLANALTO

### Só acompanhando os trabalhos

Até agora o trabalho apresentado na Constituinte tem sido muito controvertido. Não reflete o pensamento da maioria dos constituintes. Esta a conclusão a que chegaram os assessores parlamentares dos ministérios após reunião da última sexta-feira no auditório da Secretaria de Imprensa e Divulgação do Palácio do Planalto, com o objetivo de avaliar os pareceres apresentados pelos relatores das subcomissões da Constituinte, um total de 24.

Segundo um dos participantes, a preocupação maior do Palácio do Planalto — e isto inclui as assessorias dos Gabinetes Civil e Militar e do Serviço Nacional de Informações (SNI) — está voltada aos seguintes temas: "Duração do mandato do presidente José Sarney, sistema de governo, sistema financeiro, sistema tributário, orçamento e finanças".

"Nas subcomissões que trataram desses assuntos houve, de fato, uma confusão generalizada. Os relatórios apresentados não expressam o pensamento da maioria dos constituintes", garante um assessor. Ele informou que até aqui os assessores dos ministérios da Casa — Gabinete Civil, Gabinete Militar e SNI — limitaram-se, praticamente, a acompanhar o processo constituinte. Mas, a partir da votação dos substitutos elaborados pelos relatores das oito comissões temáticas — neste final de semana —, o trabalho será afinado, concentrando-se mais.

Inicialmente — explicou o assessor — será feita uma avaliação dos textos aprovados e, com base nisso, será montada uma estratégia de atuação. Segundo o assessor, o Executivo não pretende interferir diretamente nos trabalhos da Constituinte, "mas, como parte do Governo, não po-

de ficar passivo, assistindo à aprovação de um monte de bobagens, a um verdadeiro festival de besteirol". A ideia, nesta etapa, é sugerir, através dos "pontas-de-lança" do Governo — um grupo de parlamentares fiel ao Presidente Sarney — emendas aos substitutos, corrigindo os excessos, colocando as coisas nos seus devidos lugares".

De acordo com a explicação do assessor, a situação controvertida e até caótica dos trabalhos já apresentados se explica em face do grande número de emendas apresentadas. Cada relatório recebeu em média mil emendas, alterando o texto original. E isto, naturalmente, desfigurou a ideia original das subcomissões. A expectativa é de que esta situação venha a ser corrigida na tramitação das comissões temáticas, cujo trabalho tem início na próxima semana e que funcionará como um decantador.